

## **RESENHA - MORIN, EDGAR. “A CABEÇA BEM-FEITA: REPENSAR A REFORMA, REFORMAR O PENSAMENTO”**

Frédéric André Robert Vaillant<sup>1</sup>

Carlos Roberto Pires Campos<sup>2</sup>

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. 21ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

O livro “A cabeça bem-feita - Repensar a reforma, reformar o pensamento” cujo título original é “La Tête Bien Faite - Repenser la réforme, réformer la pensée” foi publicado em 1999. Edgar Morin foi convidado por Claude Allègre, então ministro da Educação da França, para presidir o Conselho Científico destinado a refletir a reforma do ensino. Foi realizada uma série de jornadas temáticas que permitiram a Morin expor suas ideias. O livro, fruto deste trabalho é organizado em nove capítulos e comporta dois anexos intitulados “inter-poli-transdisciplinaridade” e “A noção de sujeito”. No primeiro anexo, Morin retoma a discussão sobre a fragmentação do conhecimento e sobre uma necessária mudança de paradigma para ir além das disciplinas e no segundo, a partir do “Eu duvido logo penso, logo, existo” de Descartes, o autor inicia uma discussão sobre as noções de sujeito, consciência e de autonomia.

No primeiro capítulo, intitulado “Os desafios”, constata a inadequação entre os saberes escolares, separados em disciplinas e os problemas e desafios da humanidade que são complexos, trans-disciplinares, multidimensionais, globais, planetários. Se o desenvolvimento disciplinar do conhecimento científico foi benéfico em termo de divisão do trabalho, ele, hoje, configura-se mais como um problema que uma solução, vez que não vez que não permite considerar os conjuntos complexos, as interações e retroações entre as partes e o todo, as entidades multidimensionais e os problemas essenciais.

---

<sup>1</sup> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES). Graduado em Física e Química da Université Rouen (França) (1993). Estudante do Mestrado Profissional em Educação em Ciência e Matemática (EDUCIMAT) do IFES.

<sup>2</sup> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES). Doutor em História Social da Cultura-Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2003). Professor do Mestrado Profissional em Educação em Ciência e Matemática do IFES.

Pró-Discente: Caderno de Produção Acadêmico-Científica. Programa de Pós-Graduação em Educação, Vitória-ES, v. 23, n. 1, p. 121-128, jan./jun. 2017.

Os problemas essenciais não são parceláveis e demandam considerar a globalidade, a complexidade e a expansão do saber no contexto planetário. Ocorre que o nosso sistema de ensino participa ativamente para perpetuar a fragmentação dos conhecimentos em disciplinas, a descontextualizar o estudo dos objetos, a separar os problemas, a reduzir o complexo em simples. A reforma do sistema de ensino deveria permitir estimular a aptidão para contextualizar e integrar, em vez de supervalorizar a abstração e a formalização. O saber pertinente deve ser capaz de contextualizar qualquer informação, o que impõe enfrentar a expansão descontrolada dos conhecimentos afim de que os atores escolares não se afoguem. Os três desafios da complexidade, da globalidade e da expansão descontrolada do saber necessitam de repensar a organização do saber e, portanto, repensar o ensino e a educação. Por isso, devem ser contemplados alguns desafios associados.

O desafio cultural se impõe em remediar a histórica separação entre a cultura das humanidades e a cultura científica de modo a humanizar o saber, refletir sobre o destino humano e, ao mesmo tempo, enriquecer as grandes questões sobre a vida e o mundo.

O desafio sociológico se impõe diante da interligação crescente das atividades humanas com sistemas de inteligência e de informação artificial. Essa informação deve servir de matéria-prima e ser dominada, integrada, transformada em conhecimento, e este sempre revisado e revisitado pelo pensamento, capital mais precioso do indivíduo e da sociedade.

O desafio cívico se impõe diante da super-especialização que tem por consequência o fato de o saber tornar-se cada vez mais esotérico. Até mesmo um *expert* competente, num campo restrito, perde a aptidão de conceber o global e o fundamental. Isso anda de mão dada com um enfraquecimento do senso de responsabilidade e de solidariedade. Portanto, vários problemas vitais são apropriados pelos *experts*, o que constitui um déficit democrático<sup>3</sup>. Nesse contexto, o cidadão perde o direito ao conhecimento, a possibilidade de ter uma visão global e pertinente, o que não pode ser compensado pela divulgação científica, o que torna urgente a construção de uma democracia cognitiva. Uma reforma do pensamento é necessária para superar o duplo

---

<sup>3</sup> Percebemos que há um erro manifesto de tradução na página 19, assim em vez de “Existe um déficit demográfico crescente” é preciso ler “Existe um déficit democrático”. (Verificado no texto original, em francês).

Pró-Discente: Caderno de Produção Acadêmico-Científica. Programa de Pós-Graduação em Educação, Vitória-ES, v. 23, n. 1, p. 121-128, jan./jun. 2017.

perigo que consiste em ser submergido por um fluxo incontrolável de informações ou só reter das informações o que é inteligível para nós.

O desafio dos desafios consiste em tomar conta de todos os desafios ao mesmo tempo e em interdependência. Assim “a reforma do ensino deve levar à reforma do pensamento, e a reforma do pensamento deve levar à reforma do ensino” (p. 20).

No capítulo intitulado “A cabeça bem-feita”, o autor discute a organização dos conhecimentos, se apropriando da formulação de Montaigne sobre a finalidade do ensino: mais vale uma cabeça bem-feita que uma cabeça bem cheia. Assim, a educação deve favorecer a aptidão para resolver os problemas e estimular o pleno emprego da inteligência geral. Isso demanda estimular a curiosidade em vez de aniquilá-la, exercitar a dúvida, fermento de toda atividade crítica, a fim de “repensar o pensamento”.

Uma cabeça bem-feita é apta para organizar os conhecimentos, evitando sua acumulação estéril (p.24). Essa organização comporta simultaneamente operações de ligação e de separação, de análise e de síntese. No entanto, as operações de ligação que permitem ultrapassar a fragmentação dos conhecimentos e assim perceber as relações entre as partes e o todo, e a síntese não são suficientemente desenvolvidos pelo nosso ensino. Isso conduz a uma acumulação de conhecimentos sem ligação.

Para Morin (2014), desde a década de 1960, uma revolução das recomposições multidisciplinares está acontecendo sob a forma da emergência da ideia de sistema que permite articular diferentes disciplinas como na ecologia, nas ciências da Terra e na Cosmologia. No entanto, falta uma recomposição no que concerne ao humano, falta uma ligação entre ciências humanas e as ciências da vida. Esse movimento de recomposição, que organiza os saberes, que favorece a junção da cultura das humanidades e da cultura científica, marca um novo espírito científico.

No capítulo terceiro, intitulado “A condição humana”, Morin (2014) propõe o estudo da condição humana como finalidade organizadora e unificadora do ensino que poderia promover uma convergência das ciências naturais, das ciências humanas, da cultura das humanidades e

da filosofia. Assim, será possível de revelar o ser humano na sua complexidade física, cósmica, biológica, antropológica e cultural e tomar consciência da coletividade do destino dos humanos, próprio de nossa era planetária.

No capítulo “Aprender a viver”, a educação tem a tarefa “de transformar as informações em conhecimento, de transformar o conhecimento em sapiência” (p.47). O autor aprofunda as contribuições possíveis da cultura das humanidades enquanto escola de qualidade poética da vida, de descoberta de si, da compreensão<sup>4</sup> humana, considerando não só a dimensão objetiva dos seres humanos, mas, ao mesmo tempo, a dimensão subjetiva.

Essa busca difícil da compreensão humana necessita um exercício de lucidez, uma tomada de consciência das limitações da mente humana. Assim, desde a escola primária, é desejável saber que o conhecimento é fruto de uma tradução/interpretação por meio da linguagem e do pensamento, e está sujeito a erro. Desse modo, é preciso estimular o exercício de uma racionalidade crítica e autocrítica, da auto-observação, a fim de aprender a compreensão e a lucidez. O ensino da filosofia, enquanto força de interrogação e de reflexão (e não como uma disciplina fechada sobre ela mesma) poderia funcionar como o suporte dessa racionalidade crítica e autocrítica, fermento da lucidez com vistas a promover a compreensão humana. É preciso ajudar as mentes a conviver com as ideias que devem funcionar como mediadoras com o real, e não ser confundidas com o real ou servir de meio a sua ocultação. Os alunos devem saber que “os homens não matam apenas à sombra de suas paixões, mas também à luz de suas racionalizações” (p.54).

No capítulo “Enfrentar a incerteza”, Morin (2014) apresenta o terceiro<sup>5</sup> eixo da renovação do pensamento e do ensino que tem haver com a incerteza. “A maior contribuição do conhecimento do século XX foi o conhecimento dos limites do conhecimento” (p.55). A descoberta dos Quanta revolucionou nossa concepção de mundo, dominada até então pelo princípio determinista, e provocou um questionamento epistemológico da racionalidade científica

---

<sup>4</sup> Morin faz uma distinção interessante entre explicar e compreender.

<sup>5</sup> O primeiro eixo diz respeito à organização dos conhecimentos, enquanto que o segundo diz respeito à convergência da cultura das humanidades e da cultura científica por meio do estudo da condição humana.

Pró-Discente: Caderno de Produção Acadêmico-Científica. Programa de Pós-Graduação em Educação, Vitória-ES, v. 23, n. 1, p. 121-128, jan./jun. 2017.

(Bachelard, Popper, Lakato, Kuhn, Feyrebend). Na biologia, também, a incerteza é muito grande quanto à origem da vida<sup>6</sup>, a aparição do homem.

A condição humana, por sua vez, é marcada por duas incertezas: incerteza cognitiva e incerteza histórica. Morin (2014) destaca três princípios de incerteza do conhecimento: o primeiro é cerebral, e decorre do processo de tradução e construção do conhecimento; o segundo é físico, e decorre do processo de interpretação; o terceiro é epistemológico e decorre da crise dos fundamentos da certeza. Assim, “conhecer e pensar não é chegar a uma verdade absolutamente certa, mas dialogar com a incerteza” (p.59). O futuro é imprevisível, incerto, não é determinado em direção a um progresso histórico. A história humana está sujeita aos acidentes, a destruição de populações, de civilizações e não segue leis<sup>7</sup>.

Para se preparar para esse mundo indeterminado e incerto, Morin (2014) propõe três alternativas, a ecologia da ação, segundo a qual as últimas consequências da ação são imprevisíveis por conta das numerosas interações e retroações no meio; a estratégia (a opor ao programa) que procura atingir objetivos tendo consciência em permanência do que acontece e do que se sabe do meio; e por fim, o desafio, a aposta (no sentido de Pascal) ou a fé incerta no futuro de cada um e da humanidade inteira.

Ao discutir no capítulo “A aprendizagem cidadã”, o autor parte do cidadão que se definida em democracia, por sua responsabilidade e solidariedade em relação a sua pátria para depois dissertar sobre a noção de Estado-Nação, enquanto sociedade e comunidade, comunidade de destino. Se é importante contribuir para a formação do cidadão e dar-lhe consciência do que significa uma nação, é preciso estender essa noção à Terra. Assim, desenha-se uma identidade terrena, uma consciência de pertencer à Terra-Pátria para fazer parte de uma comunidade de destino, uma comunidade humana única da qual somos solidários e responsáveis. Somente dessa forma poderia acontecer uma humanização da globalização.

No capítulo “Os três graus”, o autor descreve como divisar as finalidades enunciadas nos capítulos precedentes, para os níveis de ensino (a Educação Básica e o Superior). Para Morin

---

<sup>6</sup> Lembramos aqui do título do livro de J. Monod “Acaso e necessidade”.

<sup>7</sup> Pensamos que, talvez, essa incerteza insuportável (junto com uma incultura e/ou uma desonestidade manifesta) é em parte a origem da afirmação tão grotesca do “fim da História”, ecoada tantas vezes nos anos de 1990.

Pró-Discente: Caderno de Produção Acadêmico-Científica. Programa de Pós-Graduação em Educação, Vitória-ES, v. 23, n. 1, p. 121-128, jan./jun. 2017.

(2014), a reforma do pensamento exige uma reforma da Universidade, a qual incluiria uma reorganização geral para a instauração de faculdades, departamentos ou institutos destinados às ciências que já realizaram uma união multidisciplinar em torno de um núcleo organizador sistêmico.

No capítulo “ A reforma de pensamento”, o autor aponta a necessidade de ultrapassar o modo de pensamento disjuntivo e redutor (ele recorre o segundo e o terceiro princípios do Discurso sobre o Método de Descartes<sup>8</sup>) por um pensamento do complexo, no sentido originário do termo *complexus*: o que é tecido junto. Ele retoma o princípio de Pascal:

Como todas as coisas são causadas e causadoras ajudadas e ajudantes, mediatas e imediatas, e todas são sustentadas por um elo natural e imperceptível, que liga as mais distantes e as mais diferentes, considero impossível conhecer as partes sem conhecer o todo, tanto quanto conhecer o todo sem conhecer, particularmente, as partes (MORIN, 2014, p.88).

O autor adianta sete princípios complementares e interdependentes para um pensamento que une: O princípio sistêmico ou organizacional que liga o conhecimento das partes ao conhecimento do todo e afirma que o todo é mais que a soma das partes (fenômeno de *emergências*); o princípio “holográfico”; o princípio do circuito retroativo; o princípio do circuito recursivo; o princípio da autonomia/dependência; o princípio dialógico e o princípio da reintrodução do conhecimento em todo conhecimento. Esse modo de pensar, capaz de unir e solidarizar conhecimentos separados, de conceber os conjuntos estaria apto a favorecer uma ética da união e da solidariedade entre humanos, o sentido da responsabilidade e da cidadania, de regenerar o humanismo.

No capítulo “Para além das contradições”, Morin (2014) constata que os problemas da educação são formulados e pensados em termos quantitativos como “mais créditos”, “menos alunos”, “menos carga horária”, etc.. O que, sem reforma de pensamento, não permite passar o estado da reforminha. O problema é que as mentes não reformadas não conseguem perceber a necessidade dessa reforma, o que constitui um impasse: “não pode reformar a instituição sem

---

<sup>8</sup> O segundo princípio: “Divisar cada uma das dificuldades, que examinarei em tantas parcelas quanto seja possível e requerido para melhor resolvê-las...”. O terceiro princípio: “Conduzir meus pensamentos por ordem começando pelos assuntos mais simples e mais fáceis de conhecer, para atingir, pouco a pouco, como que degrau por degrau, o conhecimento dos assuntos mais complexos...”. (p. 87).

Pró-Discente: Caderno de Produção Acadêmico-Científica. Programa de Pós-Graduação em Educação, Vitória-ES, v. 23, n. 1, p. 121-128, jan./jun. 2017.

uma prévia reforma das mentes, mas não se podem reformar as mentes sem uma prévia reforma das instituições” (MORIN, 2014, p. 99). Tendo conta da forte resistência da instituição educacional, dos professores, da sociedade, essa reforma começará marginal e será iniciada por uma minoria de educadores que têm o sentido de sua missão, que são animados pela crença na necessidade de reformar o pensamento e de regenerar o ensino. Antes ser uma profissão, uma função ou uma especialização, o ensino é uma missão de transmissão que exige competência, técnica, mas, exige também arte, fé na cultura e nas possibilidades do espírito humano, e o *eros*, amor pelo conhecimento e pelos alunos.

Por fim, o autor recapitula as cinco finalidades educativas abordadas ao longo do livro: a cabeça bem-feita; o ensino da condição humana; a aprendizagem a viver (educar para a compreensão humana), a aprendizagem da incerteza, a educação cidadã (Terrena). Essas finalidades podem contribuir para a ressurreição da cultura pela conexão entre as duas culturas, a regeneração da laicidade<sup>9</sup> e o nascimento de uma “democracia cognitiva” (p.103). Morin (2014) conclui que a reforma do pensamento é vital para permitir aos cidadãos do novo milênio o pleno uso de suas aptidões mentais, constituiria uma condição *sine qua non* para sairmos do nosso estado de barbárie (p.104).

O pensamento de E. Morin é instigante, em particular, quanto trata da reorganização dos conhecimentos, do movimento de recomposição multidisciplinar e da reaproximação da cultura científica da cultura das humanidades. O autor tem o mérito de ser ambicioso e utópico, bem longe do discurso atual que enfatiza, por exemplo, um suporte mínimo de competências. No entanto, podemos perguntar se uma reforma do pensamento ou o acontecimento de um homem novo podem ser decretados? Morin dá poucas indicações sobre como realizar a ação dessa reforma. Ela poderia ser iniciada por uma minoria de educadores que terão a missão de educar os educadores?<sup>10</sup> A fé numa complexidade que seria uma força organizadora do Universo e do pensamento pode ser suficiente?

---

<sup>9</sup> Tema muito sensível na França.

<sup>10</sup> Morin faz referência explicitamente à questão de Karl Marx, em uma de suas teses sobre Feuerbach: “Quem educará os educadores?”

Pró-Discente: Caderno de Produção Acadêmico-Científica. Programa de Pós-Graduação em Educação, Vitória-ES, v. 23, n. 1, p. 121-128, jan./jun. 2017.

**Trabalho recebido em:** 11/08/2016

**Aceito em:** 01/12/2016

**Publicado em:** 30/06/2017

**COMO REFERENCIAR ESTE TRABALHO:**

VAILLANT, Frédéric André Robert; CAMPOS, Carlos Roberto Pires. Resenha - A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. **Revista Pró-Discente**, Vitória, v. 23, n. 1, p. 121-128, jan./jun. 2017.